

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP N° 11/2026

ÁREA TÉCNICA:

Diretoria Administrativa e Financeira

SÍNTESE DA DEMANDA:

Capacitação dos colaboradores da ARES-PCJ para cumprimento da Lei federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)

FUNDAMENTAÇÃO:

Lei federal nº 14.133/2021 – arts. 5º; 6º, XVIII, ‘f’; 18, §§ 1º e 2º; 74, III, ‘f’ e §3º
Resolução ARES-PCJ nº 531/2023 – arts. 5º, §3º; 45 e 46

1) NECESSIDADE APRESENTADA PELA ARES-PCJ

Em razão das exigências estabelecidas pela Lei federal nº 14.133/2021 e de sua regulamentação no âmbito da ARES-PCJ, a capacitação contínua dos colaboradores da Agência Reguladora revela-se medida indispensável para assegurar a adequada condução dos processos de contratação pública.

A legislação vigente não apenas disciplina procedimentos e institutos jurídicos aplicáveis às licitações e contratos administrativos, como também exige que os agentes públicos responsáveis pelas funções essenciais à sua execução possuam capacitação compatível com a complexidade das atribuições exercidas. Nos termos do art. 7º da Lei nº 14.133/2021, os agentes que atuam nas áreas de licitações e contratos devem ser devidamente qualificados, evidenciando que a atualização técnica constitui requisito normativo e condição para o exercício regular das funções.

A aplicação prática da Lei nº 14.133/2021 permanece em constante evolução, especialmente em razão da consolidação de entendimentos dos Tribunais de Contas, da edição de instruções normativas e da formação de jurisprudência administrativa e judicial sobre temas sensíveis, como planejamento das contratações, gestão de riscos, fiscalização contratual e responsabilização de agentes públicos.

Nesse contexto, a atualização permanente torna-se imprescindível para os membros da Comissão de Contratação, da Comissão de Controle Interno e Transparência, bem como para os agentes designados para o exercício das funções de Gestor e Fiscal de Contratos, com a finalidade diretamente relacionadas à legalidade, eficiência, economicidade, transparência e mitigação de riscos.

Registra-se que os colaboradores da ARES-PCJ utilizam regularmente o Portal de Cursos da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) para a realização de capacitações relacionadas às contratações públicas. Contudo, tais cursos possuem caráter predominantemente introdutório, com enfoque teórico e oferta majoritária na modalidade on-line autoinstrucional, não sendo suficientes, isoladamente, para atender à complexidade prática e às demandas específicas enfrentadas pela Autarquia.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de capacitação contínua e especializada, apta a assegurar a atualização técnica compatível com o nível de responsabilidade das funções desempenhadas e com a dinâmica interpretativa e jurisprudencial que envolve a aplicação da Lei nº 14.133/2021.

2) ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO

A capacitação através da participação dos colaboradores em congressos, seminários e outros eventos do gênero com tema focal na Lei federal nº 14.133/2021 detém amparo no Planejamento Estratégico e no Programa de Capacitação Anual da ARES-PCJ, aprovado pela Diretoria Colegiada e contemplado no Plano de Aquisições de 2026.

3) LEVANTAMENTO DA DEMANDA

Nos termos do art. 18 da Lei federal nº 14.133/2021, procedeu-se à análise das alternativas disponíveis para atendimento da necessidade administrativa de capacitação dos servidores, especialmente nas áreas de licitações, contratos, controle interno e gestão de riscos.

Foram consideradas as seguintes possibilidades:

- **Cursos exclusivamente gratuitos (ex.: ENAP)** – embora relevantes para formação geral, mostram-se insuficientes para o aprofundamento prático e para a abordagem de temas específicos e complexos relacionados à aplicação da Lei nº 14.133/2021, sobretudo em matéria de planejamento, fiscalização contratual, obras públicas e controle interno aplicado.
- **Capacitação interna** – embora a ARES-PCJ conte com colaboradores que já realizaram cursos e até mesmo pós-graduação na área de licitações e contratos, a dinâmica da Lei federal nº 14.133/2021, marcada por constantes atualizações interpretativas, evolução jurisprudencial dos Tribunais de Contas, expedição de instruções normativas e consolidação de entendimentos administrativos, exige atualização técnica contínua e contato com especialistas que atuam diretamente na formação desses entendimentos. Assim, a capacitação exclusivamente interna mostra-se insuficiente para assegurar o nível de aprofundamento, atualização e troca de experiências necessário ao adequado desempenho das atribuições institucionais.
- **Modalidade integralmente EAD** – apesar de economicamente mais vantajosa, apresenta menor efetividade para a troca de experiências, debates técnicos e resolução de casos concretos, aspectos considerados estratégicos para o aperfeiçoamento prático dos servidores.
- **Eventos presenciais especializados** – demonstram maior aderência à necessidade institucional, sobretudo pela possibilidade de interação direta com especialistas de reconhecida atuação nacional, realização de oficinas práticas e intercâmbio de experiências com agentes públicos de diferentes entes federativos.

Diante dessa análise, concluiu-se que a participação em eventos presenciais especializados representa a alternativa mais adequada para o atendimento da demanda institucional.

A participação de servidores públicos em eventos de capacitação é de suma importância na medida em que contribui para a segurança no desempenho dos serviços públicos, além de promover o alcance eficiente dos resultados pretendidos pela Administração Pública.

Especificamente na gestão de compras e controle de riscos das licitações e contratações públicas, conforme a Lei federal nº 14.133/2021, a realização de cursos e treinamento pelos colaboradores se presta a qualificá-los perante a disciplina legal.

Para tanto, foram consideradas as capacitações organizadas pelas empresas Negócios Públicos, CESCOP – Centro de Estudos em Compras Públicas e ESAFI – Escola de Administração e Treinamento Ltda, que possuem palestrantes de notória especialização no tema, e que ocorrerão em 2026, destacando-se:

Capacitações organizada pelo Negócios Públicos:

MasterClass Diretas na NLLC – Dispensa e Inexigibilidade

Data: 23 e 24 de abril de 2026 – Curitiba

Palestrante: Ícaro Bitar

Seminário Nacional de Obras Públicas e Manutenção Predial

Data: 25 a 27 de maio de 2026 – Foz do Iguaçu

Palestrante: Paulo Reis, Elci Pessoa, André Kuhn, Rafael Jardim, Jonas Limas, Fabrício Mareco

MasterClass Planejamento, ETP e Termo de Referência

Data: 27 a 29 de julho de 2026 – Brasília

Palestrante: Abimael Torcate de Souza

13º Contratos Week

Data: 10 a 14 de agosto de 2026 – Foz do Iguaçu

Palestrantes: Joel Niebürh, *Lindineide Cardoso*, Felipe Boselli, *João Domingues*, Paulo Reis, *Ronny Charles*, *Caroline Rodrigues da Silva*, *Viviane Mafissoni*, *Karine Machado*, *Abimael Torcate* e Marcos Nóbrega.

MasterClass de Contratos de Fiscalização e Manutenção Predial

Data: 17 e 18 de agosto de 2026 – Foz do Iguaçu

Palestrante: André Baeta

6º Seminário Nacional de Controle Interno nas Contratações Públicas

Data: 21 a 23 de setembro de 2026 – Foz do Iguaçu

Palestrante: Christianne Stroppa, Daisesse Jaala, Marcus Alcântara, Paulo Alves, Rodrigo Pironti, Luciano Reis e Rodrigo Fontenele

MasterClass Planejamento, ETP e Termo de Referência

Data: 28 a 30 de setembro de 2026 – João Pessoa

Participantes: Abimael Torcate de Souza

MasterClass de Gestão e Fiscalização de Contratos

Data: 28 a 30 de setembro de 2026 – Brasília

Palestrante: Lindineide Cardoso

20º Pregão Week

Data: 19 a 23 de outubro de 2026 – Foz do Iguaçu

Palestrantes: Victor Amorim, Anderson Pedra, Karine Machado, Evaldo Araújo Ramos, Nádia Dall Agnol, Felipe Boselli, Abimael Torcate de Souza, Rafael Sérgio de Oliveira, Viviane Mafissoni, Tatiana Camarão, Christianne Stroppa e Joel Menezes Niebuhr

Capacitação organizada pelo CESCOP – Centro de Estudos em Compras Públicas:

Imersão Controle Interno na Prática

Data: 17 e 18 de junho de 2026 – Florianópolis

Organização:

Palestrante: Maike Oliveira

Capacitação organizada pela ESAFI – Escola de Administração e Treinamento Ltda:

Gestão de Documentos Físicos e Digitais na Administração Pública - LGPD

Data: 01 a 03 de julho de 2026 – Foz do Iguaçu

Palestrante: Rosângela Cunha

Gestão e Fiscalização de Contratos da Administração Pública de acordo com a NLL

Data: 21 a 23 de outubro de 2026 – São Paulo

Palestrante: Lucimara Coimbra

Os respectivos conteúdos programáticos dos eventos indicados focalizam o aperfeiçoamento dos participantes com palestras e oficinas que abordam as mais recentes atualizações legislativas e boas práticas em contratações públicas, notadamente através da troca de experiências ainda mais pujante na modalidade presencial.

A escolha das capacitações integra a programação previamente aprovada pela Diretoria Colegiada da ARES-PCJ e observou os seguintes critérios:

- pertinência temática;
- especialização e reconhecida atuação dos palestrantes nas áreas abordadas;
- histórico de contratação das organizadoras por diversos órgãos públicos, inclusive pela própria ARES-PCJ;
- relevância nacional dos eventos;
- compatibilidade de agenda com o calendário institucional, considerando períodos de maior demanda administrativa (como reajustes tarifários) e planejamento de férias dos servidores;
- análise da localização dos eventos, buscando racionalizar deslocamentos e custos indiretos, sempre que possível.

Assim, o levantamento da demanda demonstra que as capacitações selecionadas são compatíveis com as necessidades institucionais da ARES-PCJ e representam medida estratégica para o fortalecimento da gestão pública no exercício de 2026.

4) REQUISITOS BÁSICOS DA CONTRATAÇÃO

A inscrição e participação dos colaboradores da ARES-PCJ nos eventos indicados, mediante pagamento das respectivas taxas de inscrição, enquadram-se no conceito de **serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual**, nos termos do art. 6º, inciso XVIII, alínea “f”, da Lei Federal nº 14.133/2021, por se destinarem ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Nos termos do art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021, é inexigível a licitação para contratação de serviços técnicos especializados quando houver inviabilidade de competição, notadamente quando prestados por profissionais ou empresas de notória especialização.

O §3º do referido dispositivo estabelece que se considera de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, estrutura, equipe técnica ou outros requisitos relacionados às suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto contratual.

Nesse contexto, as instituições selecionadas demonstram preencher os requisitos legais de notória especialização, conforme se passa a expor:

O **Instituto Negócios Públicos do Brasil (INP)**, integrante do Grupo Negócios Públicos, destaca-se nacionalmente na realização de congressos, seminários e cursos voltados à área de licitações e contratos administrativos.

Com atuação consolidada, o INP é reconhecido como uma das principais instituições do país na capacitação e desenvolvimento de competências em contratações públicas, promovendo eventos de elevado nível técnico direcionados a pregoeiros, agentes de contratação, gestores e demais servidores públicos das três esferas federativas.

Diversos de seus eventos já ultrapassaram mais de 18 edições, sendo considerados referência nacional no campo das compras governamentais. Sua expertise é evidenciada pelo corpo docente altamente qualificado, composto por especialistas renomados, com ampla experiência prática, inclusive em órgãos de controle e consultorias especializadas.

A **CESCOP**, integrante do Grupo Liciexpress, atua há mais de 10 anos no mercado de capacitação em licitações públicas, tendo formado milhares de alunos em todas as regiões do Brasil.

A **Liciexpress Licitações (Informações Expressas de Licitações Ltda.)**, fundada em 1996, é referência nacional na área de licitações e contratos administrativos, com quase três décadas de atuação no apoio técnico e na capacitação de profissionais da Administração Pública e do setor privado.

A partir de 2012, ampliou suas atividades para a oferta de capacitações especializadas, acompanhando a evolução normativa do setor e, especialmente, a implementação da Lei nº 14.133/2021. Ao longo de sua trajetória na educação corporativa e pública, realizou centenas de cursos, capacitando milhares de servidores municipais, estaduais e federais, além de profissionais do setor privado.

Sua atuação demonstra domínio técnico, experiência consolidada e especialização reconhecida na condução de treinamentos voltados à aplicação prática da legislação de licitações e contratos.

A **ESAFI – Escola de Administração e Treinamento**, fundada em 1990, é instituição brasileira especializada em educação continuada, dedicada à capacitação de servidores públicos federais, estaduais e municipais, colaboradores de estatais, conselhos de classe e entidades do Sistema S.

Com mais de três décadas de atuação, já capacitou mais de 120 mil servidores públicos, consolidando-se como centro de referência nacional em treinamentos voltados à gestão pública.

Sua metodologia contempla abordagem teórica e prática, com foco na aplicação segura da legislação vigente, na melhoria da governança pública e na qualificação técnica dos agentes responsáveis pelas contratações administrativas.

Justificativa da Notória Especialização

As instituições mencionadas possuem histórico comprovado de atuação na área de licitações e contratos administrativos, com corpo técnico qualificado, reconhecida experiência prática e ampla realização de eventos especializados.

Além disso, promovem capacitações permanentemente atualizadas em relação às mudanças normativas e jurisprudenciais, especialmente quanto à aplicação da Lei nº 14.133/2021, abordando aspectos operacionais, desafios práticos e entendimentos dos órgãos de controle. A metodologia aplicada integra palestras, painéis técnicos e oficinas práticas, assegurando abordagem aprofundada e aplicável à realidade da Administração Pública.

Dessa forma, resta caracterizada a notória especialização das organizadoras, bem como a inviabilidade de competição para a participação nos eventos específicos ofertados, indicando em tese, a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021.

Ademais, verifica-se, inclusive no âmbito do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que diversos órgãos e entidades públicas realizam contratações semelhantes com as referidas instituições, o que reforça a legitimidade da escolha e a adequação da contratação direta para o atendimento ao interesse público.

Empenho nº 2026NE000032

Última atualização 01/03/2026



Local: Brasília/DF Órgão: AUDITORIAS DA JUSTICA MILITAR Unidade executora: 060030 - DIRETORIA DO FORO DA 11ª CJM

Tipo: Empenho Receita ou Despesa: Despesa Processo: 000048/26-11.305 Categoria do processo: Serviços

Data de divulgação no PNCP: 01/03/2026 Data de assinatura: 27/02/2026 Vigência: de 28/03/2026 a 28/09/2026

Id contrato PNCP: 00497552002796-2-000001/2026 Fonte: Compras.gov.br Id contratação PNCP: [00497552002796-1-000004/2026](#)

Objeto:

Inscrição da servidora JULIANA GOIS ALBUQUERQUE no evento -21º Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação -, na modalidade presencial, a ser realizado pelo INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRACAO PUBLICA LTDA, no periodo de 23 a 27 de marco de 2026, em Foz do Iguaçu/PR.

VALOR CONTRATADO
R\$ 6.597,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica CNPJ/CPF: 10.498.974/0002-81 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINIISTRACAO PUB

Empenho nº 2026NE000023

Última atualização 27/02/2026



Local: São Paulo/SP Órgão: SAO PAULO SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA Unidade executora: 180376 - ESP-DIVISAO DE SUPRIMENTOS

Tipo: Empenho Receita ou Despesa: Despesa Processo: 058.00016599/2026-49 Categoria do processo: Serviços

Data de divulgação no PNCP: 27/02/2026 Data de assinatura: 27/02/2026 Vigência: de 27/02/2026 a 27/05/2026

Id contrato PNCP: 46377800000127-2-000441/2026 Fonte: Compras.gov.br Id contratação PNCP: [46377800000127-1-000517/2026](#)

Objeto:

Contratação do 21º Congresso de Pregoeiros e Agentes de Contratação.

VALOR CONTRATADO
R\$ 32.500,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica CNPJ/CPF: 10.498.974/0002-81 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINIISTRACAO PUB

Empenho nº 00439/2026

Última atualização 25/02/2026



Local: Cuiabá/MT **Órgão:** SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MATO GROSSO **Unidade executora:** 16 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Tipo: Empenho **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** SEFAZ-PRO-2026/00372 **Categoria do processo:** Serviços

Data de divulgação no PNCP: 25/02/2026 **Data de assinatura:** 19/02/2026 **Vigência:** de 19/02/2026 a 01/04/2026

Id contrato PNCP: 58290502000184-2-000007/2026 **Fonte:** AZ INFORMATICA LTDA **Id contratação PNCP:** [58290502000184-1-000003/2026](#)

Objeto:

Aquisição de 04 (quatro) vagas para o "6º Seminário Nacional de Processo Administrativo Disciplinar" com 24 horas de carga horária no período de 30 de março a 01 de abril de 2026, presencialmente, em Foz do Iguaçu, PR

VALOR CONTRATADO
R\$ 19.600,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 10.498.974/0002-81 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMNISTRACAO PUBLICA - INP - LTDA

Empenho nº 2026NE000116

Última atualização 26/02/2026



Local: Brasília/DF **Órgão:** MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO **Unidade executora:** 200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO

Tipo: Empenho **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 0.01.000.1.000157/2026-48 **Categoria do processo:** Serviços

Data de divulgação no PNCP: 26/02/2026 **Data de assinatura:** 26/02/2026 **Vigência:** de 23/03/2026 a 26/03/2026

Id contrato PNCP: 26989715000102-2-000244/2026 **Fonte:** Compras.gov.br **Id contratação PNCP:** [26989715000102-1-000182/2026](#)

Objeto:

Contratação da empresa Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda., para prestação de ação de treinamento "21º Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação", com carga horária de 26 horas, a realizar-se no período de 23 a 26/03/2026 em Foz do Iguaçu - Paraná, visando à capacitação técnica da servidora FLÁVIA ESTEFÂNIA BORGES TEGOSHI, Matrícula 70110-8, Chefe da Central de Licitações e Cotações Eletrônicas (CLCE).

VALOR CONTRATADO
R\$ 7.330,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 10.498.974/0002-81 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMNISTRACAO PUB

Empenho nº 20601.0001.25.03514-4

Última atualização 12/12/2025



Local: Boa Vista/RR **Órgão:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE **Unidade executora:** 456961 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RR

Tipo: Empenho **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 20101.077297/2025.37 **Categoria do processo:** Serviços

Data de divulgação no PNCP: 12/12/2025 **Data de assinatura:** 12/12/2025 **Vigência:** de 12/12/2025 a 31/12/2025

Id contrato PNCP: 84013408000198-2-000340/2025 **Fonte:** Compras.gov.br **Id contratação PNCP:** [84013408000198-1-000098/2025](#)

Objeto:

PAGAMENTO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO, NA MODALIDADE PRESENCIAL, NO CURSO "FORMAÇÃO DE AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO, DE ACORDO COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES 14133/2021 E PRÁTICA DO PREGÃO, CONCORRÊNCIA E DISPENSA ELETRÔNICA NO COMPRAS.GOV.BR", A SER REALIZADO NOS DIAS 10, 11 E 12 DE DEZEMBRO DE 2025, EM BOA VISTA/RR.

VALOR CONTRATADO
R\$ 25.850,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 50.555.535/0001-05 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: CENTRO DE ESTUDOS EM COMPRAS PUBLICAS LTDA

Empenho nº 13107.0001.25.00142-9

Última atualização 29/10/2025



Local: Boa Vista/RR **Órgão:** PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA **Unidade executora:** 930974 - PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA/RR

Tipo: Empenho **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 13107.006758/2025.71 **Categoria do processo:** Serviços

Data de divulgação no PNCP: 29/10/2025 **Data de assinatura:** 24/10/2025 **Vigência:** de 24/10/2025 a 31/12/2025

Id contrato PNCP: 38299379000155-2-000154/2025 **Fonte:** Compras.gov.br **Id contratação PNCP:** [53212344000120-1-000202/2025](#)

Objeto:

Pagamento de 02 (duas) inscrições de servidores da Procuradoria Geral do Estado de Roraima no "Curso de Formação de Agentes de Contratação, Pregoeiros, Equipe de Apoio e Analista de Licitação, com prática no Compras.gov.br", que será realizado pelo Centro de Estudos em Compras Públicas - CESCOP, na cidade de Boa Vista/RR, nos dias 10, 11 e 12 de dezembro de 2025.

VALOR CONTRATADO
R\$ 5.600,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa Jurídica **CNPJ/CPF:** 50.555.535/0001-05 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: CENTRO DE ESTUDOS EM COMPRAS PUBLICAS LTDA

Contrato nº 00531/2026/2025

Última atualização 02/03/2026



Local: Cubatã/MT **Órgão:** FUNDAÇÃO NOVA CHANCE - FUNAC **Unidade executora:** 162 - FUNDAÇÃO NOVA CHANCE

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** FUNAC-PRO-2025/00809 **Categoria do processo:** Serviços

Data de divulgação no PNCP: 02/03/2026 **Data de assinatura:** 18/09/2025 **Vigência:** de 18/09/2025 a 17/03/2026

Id contrato PNCP: 09490144000148-2-000028/2025 **Fonte:** AZ INFORMATICA LTDA **Id contratação PNCP:** [09490144000148-1-000001/2026](#)

Objeto:

Aquisição de vagas para participar do CURSO DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL, CONTROLES INTERNO E EXTERNO, COMPLIANCE, GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS, para servidores da Fundação Nova Chance, que será realizado nos dias 07 a 10 de outubro de 2025, na cidade de João Pessoa-PB, na Modalidade Presencial.

VALOR CONTRATADO
R\$ 8.980,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa Jurídica **CNPJ/CPF:** 35.963.479/0001-46 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: ESAFI - ESCOLA DE TREINAMENTO LTDA ME

Empenho nº 2026NE000206

Última atualização 27/02/2026



Local: Brasília/DF **Órgão:** SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR **Unidade executora:** 060001 - STM - SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR/DF

Tipo: Empenho **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 001996/26-00199 **Categoria do processo:** Serviços

Data de divulgação no PNCP: 27/02/2026 **Data de assinatura:** 26/02/2026 **Vigência:** de 02/03/2026 a 28/08/2026

Id contrato PNCP: 00497560000101-2-000024/2026 **Fonte:** Compras.gov.br **Id contratação PNCP:** [00497560000101-1-000015/2026](#)

Objeto:

Inscrição de 1 (uma) servidora no Evento "Gestão de Documentos Físicos e Digitais na Administração Pública de Acordo com a LGPD", na modalidade presencial, a ser realizado na cidade de João Pessoa/PB, nos dias 25, 26 e 27 de março de 2026, junto à ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO LTDA.

VALOR CONTRATADO
R\$ 4.290,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa Jurídica **CNPJ/CPF:** 35.963.479/0001-46 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRACAO E TREINAMENTO LTDA

Os eventos contarão com palestrantes de reconhecida formação acadêmica e experiência prática na área de licitações e contratos administrativos, muitos deles ocupantes ou antigos ocupantes de cargos estratégicos em Tribunais de Contas, Advocacia Pública, Controladorias, órgãos de assessoramento jurídico e instituições acadêmicas.

Entre os especialistas convidados, destacam-se auditores federais de controle externo do TCU, procuradores estaduais e federais, advogados da União, conselheiros substitutos de Tribunais de Contas, professores doutores e mestres em Direito Administrativo e Administração Pública, engenheiros especializados em auditoria de obras públicas, além de instrutores com larga experiência prática na aplicação da Lei nº 14.133/2021.

A qualificação técnica do corpo docente, aliada à experiência prática acumulada e à produção acadêmica relevante, reforça a caracterização da notória especialização exigida pela legislação.

Os palestrantes dos eventos propostos dispõem de formação, experiência e conhecimento notório na temática de licitações e contratos pela Lei nº 14.133/2021, valendo o destaque:

- **Abimael Torcate de Souza** – Analista Administrativo da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Professor da fase de planejamento das licitações públicas. Pós-graduado em Gestão de Hospitais Universitários Federais pelo Hospital Sírio-Libanês, Pós-graduado em Licitações e Contratos (CERS) e certificado Black Belt em Lean Six Sigma.
- **Anderson Pedra** – Procurador do Estado do Espírito Santo. Pós-Doutor pela Universidade de Coimbra com ênfase no Direito Fundamental à Boa Administração Pública. Doutor em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Mestre em Direito pela FDC/RJ.
- **André Kuhn** – Mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Certificado por Notório Saber em Engenharia de Custos pelo IBEC/ICEC. Graduado pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).
- **André Pachioni Baeta** – Engenheiro graduado pela Universidade de Brasília (UnB). Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), atuando na fiscalização de obras públicas e assessor em Gabinete de Ministro.
- **Caroline Rodrigues** – Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Direito Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR).
- **Christianne Stroppa** – Doutora e Mestra em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Ex-Procuradora da Universidade de São Paulo (USP).
- **Elci Pessoa** – Engenheiro Civil pela Escola Politécnica da Universidade de Pernambuco e Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife. Engenheiro Consultor de Tribunais de Contas estaduais e consultor internacional em auditorias de obras rodoviárias.
- **Evaldo Araújo Ramos** – Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), com atuação em direito administrativo, licitações, contratos e sanções administrativas.

- **Fabício Mareco** – Auditor Federal do Tribunal de Contas da União (TCU), atuante na análise de denúncias e representações relacionadas a obras e serviços de engenharia.
- **Felipe Ansaloni** – Advogado e Professor especializados em licitações, contratos, concessões e PPPs. Mestre em Administração de Empresas pelo Centro Universitário Unihorizontes. Consultor em Governança e Políticas Públicas.
- **Felipe Boselli** – Doutor e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com pesquisas realizadas na Universidade de Lisboa, Universidade Complutense de Madrid e Universidade de Buenos Aires.
- **Ícaro Bitar** – Advogado e Professor. Mestrando em Direito Administrativo pela Universidade de Buenos Aires. Especialista em Direito Administrativo, Constitucional, Eleitoral e Licitações.
- **João Domingues** – Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (CGU). Professor da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) nas áreas de gestão e fiscalização de contratos.
- **Joel Menezes Niebuhr** – Doutor em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Mestre e Bacharel em Direito pela UFSC.
- **Jonas Lima** – Advogado especialista em licitações internacionais, com mais de 30 anos de experiência em contratações públicas e atuação junto à Presidência da República, CGU e Procuradoria-Geral da República.
- **Karine Machado** – Auditora Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU) desde 1994. Instrutora do Instituto Serzedello Corrêa. Especialista em prestação de contas, convênios e tomada de contas especial.
- **Lindineide Cardoso** – Servidora Pública Federal, Advogada e Professora. Especialista em Licitações e Contratos e Direito Processual Civil. Ex-empregada pública da Codevasf.
- **Lucimara Coimbra** – Advogada e Procuradora com mais de 25 anos de atuação pública. Mestre em Planejamento Público e Governança. Especialista em Direito Administrativo, licitações e contratos, professora de graduação e pós-graduação.
- **Maike Oliveira** – Advogado, Presidente da UCIB –União das Controladorias Internas do Estado da Bahia. Graduado em Direito pela Universidade Tiradentes - UNIT, Aracaju/SE. Pós-Graduado em Controladoria Interna. Profissional em Compliance e Anticorrupção na Administração Pública. Pós-Graduado em Auditoria, Contabilidade e perícia Contábil.
- **Marcus Alcântara** – Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Especialista em Licitações e Contratos pela Faculdade Amadeus. Instrutor do Grupo Negócios Públicos nas áreas de gestão e fiscalização de contratos, pesquisa de preços, SRP e capacitação de pregoeiros.
- **Marcos Nóbrega** – Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas de Pernambuco. Pós-Doutor pela Harvard Law School, MIT, Universidade de Lisboa e Singapore Management University. Professor da Faculdade de Direito do Recife (UFPE).
- **Nádia Dall Agnol** – Bacharel em Direito e Especialista em Direito Administrativo e Municipal pela Universidade Paranaense (UNIPAR). Pregoeira por 9 anos na Administração Municipal e Consultora em Compras Públicas do SEBRAE/PR.

- **Paulo Alves** – Bacharel em Direito. Pós-Graduado em Direito Administrativo Contemporâneo. Mestrando em Ciências Jurídicas (Master of Science in Legal Studies) com concentração em Riscos e Compliance pela Ambra University. Instrutor em Governança Pública, ESG, Gestão de Riscos e Auditoria Governamental. Membro do INCP e do IBDA.
- **Paulo Reis** – Engenheiro Civil e Advogado, com mais de 40 anos de atuação na Administração Pública brasileira em contratações de obras, bens e serviços. Ex-Presidente do Comitê de Licitações do Banco da Amazônia.
- **Rafael Jardim** – Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU). Atual Secretário de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e ex-Secretário de Combate à Corrupção.
- **Rafael Sérgio de Oliveira** – Procurador Federal da Advocacia-Geral da União (AGU). Doutorando em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa.
- **Rodrigo Fontenele** - Controlador-Geral do Estado de SP, mestre em Contabilidade (UnB), pós-graduado em Finanças (Ibmec) e Auditoria Financeira (UnB/TCU) e bacharel em Ciências Econômicas pela UFMG. Atuou como Professor da Fundação Dom Cabral (FDC).
- **Ronny Charles** – Advogado da União. Doutorando em Direito pela UFPE e Mestre em Direito Econômico pela UFPB. Membro da Câmara Nacional de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União.
- **Rosângela Cunha** – Capitã-de-Mar-e-Guerra (RM1). Ex-chefe do Arquivo da Marinha do Brasil por 23 anos. Especialista em gestão documental e professora de pós-graduação em Gestão Eletrônica de Documentos.
- **Tatiana Camarão** – Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora da Pós-Graduação da PUC Minas e Diretora do Instituto Mineiro de Direito Administrativo (IMDA).
- **Victor Amorim** – Doutor em Constituição, Direito e Estado pela Universidade de Brasília (UnB). Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração Pública do IDP. Integrante da comissão responsável pelo projeto que originou a Lei nº 14.133/2021.
- **Vinicius Geronasso** – Diretor de Materiais e Patrimônio da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Mestre em Administração Pública e especialista em Licitações e Contratos.
- **Viviane Mafissoni** – Especialista em Direito Público. Diretora Acadêmica do Instituto Nacional da Contratação Pública (INCP). Analista Jurídica do Governo do Rio Grande do Sul, atualmente cedida à AGU como Coordenadora-Geral de Logística.

5) QUANTITATIVOS, PRECIFICAÇÃO E CUSTOS ESTIMADOS

Considerando os valores unitários das inscrições relativas aos eventos selecionados e a participação estimada em 27 (vinte e sete) capacitações, o custo total previsto para as capacitações perfaz o montante de **R\$ 134.413,00 (cento e trinta e quatro mil, quatrocentos e treze reais)**, conforme demonstrativo abaixo:

Capacitação	Qtde	Valor Unitário	Valor Total (R\$)
Imersão Controle Interno na Prática	2	2.899,00	5.798,00
Seminário de Obras Públicas e Manutenção Predial	2	5.985,00	11.970,00
Contratações Diretas na NLLC – Dispensa e Inexigibilidade	1	4.890,00	4.890,00
13º Contratos Week	1	7.330,00	7.330,00
Gestão de Documentos Físicos e Digitais - LGPD	3	4.290,00	12.870,00
Planejamento, ETP e Termo de Referência (Brasília)	2	5.190,00	10.380,00
Contratos de Fiscalização e Manutenção Predial	1	4.890,00	4.890,00
6º Seminário de Controle Interno nas Contratações	1	5.985,00	5.985,00
Planejamento, ETP e Termo de Referência (João Pessoa)	3	5.190,00	15.570,00
Planejamento, ETP e Termo de Referência (Foz do Iguaçu)	3	5.190,00	15.570,00
Gestão e Fiscalização de Contratos (Brasília)	2	5.190,00	10.380,00
Gestão e Fiscalização de Contratos da Administração	6	4.290,00	25.740,00
20º Pregão Week	1	7.330,00	7.330,00

Ressalta-se que os valores acima correspondem aos preços públicos divulgados pelas organizadoras dos eventos, podendo sofrer eventual negociação na fase de contratação, com vistas à obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

6) RESULTADOS ESPERADOS

A participação dos colaboradores da ARES-PCJ nas capacitações selecionadas tem como objetivo promover o aperfeiçoamento técnico contínuo das atividades relacionadas às licitações, compras públicas, gestão e fiscalização de contratos, com especial enfoque na aplicação prática da Lei nº 14.133/2021.

Espera-se, como resultado direto, o fortalecimento da capacidade institucional da Agência Reguladora, por meio da atualização, do aprofundamento técnico e da incorporação de boas práticas consolidadas pelos órgãos de controle e pela doutrina especializada. A troca de

experiências com especialistas de reconhecida atuação nacional e com agentes públicos de diferentes esferas federativas contribuirá para a uniformização de entendimentos, mitigação de riscos e aprimoramento dos procedimentos internos.

Entre os resultados esperados, destacam-se:

- maior segurança jurídica na condução dos processos de contratação;
- redução de falhas procedimentais e de riscos de responsabilização;
- aprimoramento da fase de planejamento das contratações (ETP, TR e gestão de riscos);
- melhoria na gestão e fiscalização contratual;
- fortalecimento dos mecanismos de controle interno;
- aumento da eficiência, economicidade e transparência nas contratações públicas.

Além disso, os colaboradores participantes atuam como multiplicadores internos do conhecimento adquirido, promovendo a disseminação das informações e das boas práticas por meio de reuniões técnicas, orientações às equipes, elaboração ou atualização de fluxos e manuais internos, e compartilhamento estruturado dos principais aprendizados, de modo a assegurar que os benefícios das capacitações alcancem toda a organização.

Dessa forma, a capacitação não se limita ao desenvolvimento individual dos servidores, mas representa investimento estratégico no fortalecimento institucional da ARES-PCJ, com reflexos diretos na qualidade da gestão pública e na melhoria dos serviços prestados.

7) DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Considerando a essencialidade das capacitações dos colaboradores para atender às demandas da ARES-PCJ, bem como a existência de disponibilidade financeira compatível o planejamento, conclui-se pela **VIABILIDADE** da adesão, a qual se justifica técnica e economicamente pelas razões expostas neste instrumento.

Americana 06 de março de 2026


PAULO DE OLIVEIRA MATOS JUNIOR
Coordenador da Secretaria Geral

ANEXO I – INDICAÇÕES PARA OS CURSOS

Imersão Controle Interno na Prática


 **17 e 18 de junho de 2026 - Florianópolis**


 CESCOP – Centro de Estudos em Compras Públicas

 **Participante:** Roberto Leandro Rigolin e Fernanda Fonseca Rocha
Membros da Comissão de Interno e Transparência

Seminário Nacional de Obras Públicas e Manutenção Predial


 **25 a 27 de maio de 2026 – Foz do Iguaçu**

 Negócios Públicos

 **Participantes:** Paulo de Oliveira Matos Junior (Pregoeiro, Gestor de Contratos e Coordenador da Secretaria Geral) e Fabio de Melo Sotelo (Fiscal de Contratos de Obras)

MasterClass Diretas na NLLC – Dispensa e Inexigibilidade


 **23 e 24 de abril de 2026 – Curitiba**


 Negócios Públicos

 **Participante:** Thiago Augusto de Oliveira (Membro Equipe de compras e Fiscal de Contratos)

13º Contratos Week

 **10 a 14 de agosto de 2026 – Foz do Iguaçu**


 Negócios Públicos

 **Participante:** Débora Cristina Silveira dos Santos (Membro da Equipe de Contratação, Pregoeira, Fiscal de Contratos, Controle de Contrato)

Gestão de Documentos Físicos e Digitais na Administração Pública - LGPD


 **01 a 03 de julho de 2026 – Foz do Iguaçu**


 ESAFI

 **Participantes:** Vitor da Silva Carvalho, Heliton Roberto de Souza e Vanessa Naccarato Piffer (Responsável pela Gestão de Documento via tramitação de documento por sistema SAAS)

MasterClass Planejamento, ETP e Termo de Referência


 **27 a 29 de julho de 2026 – Brasília**


 Negócios Públicos

 **Participantes:** Pedro Henrique Damada (Analista de Regulação, Fiscal de Contratos, apoio na Elaboração TR e ETP do DTP) e Vinicius Correia da Silva (Assessor da Diretoria e responsáveis pela elaboração de ETP e TR)

MasterClass de Contratos de Fiscalização e Manutenção Predial

 **17 e 18 de agosto de 2026 – Foz do Iguaçu**

 Negócios Públicos

 **Participante:** Thania Cristina Rodrigues (Fiscal de Contratos do Escritório Regional)

6º Seminário Nacional de Controle Interno nas Contratações Públicas


 **21 a 23 de setembro de 2026 – Foz do Iguaçu**

 **Participante:** Geysel Renata Zonzini Tapia

MasterClass Planejamento, ETP e Termo de Referência

 **28 a 30 de setembro de 2026 – João Pessoa**


 Negócios Públicos

 **Participantes:** Mariane Parra Grazina Coutinho, Edilinson Martins de Albuquerque e Rodrigo de Oliveira Taufic (Analistas de Regulação, Fiscais de Contrato e Apoio na Elaboração de TR e ETP)

MasterClass de Gestão e Fiscalização de Contratos

 **28 a 30 de setembro de 2026 – Brasília**


 Negócios Públicos

 **Participantes:** Lucas Candido dos Santos (Coordenador, Gestor de Contratos) e Diego Ruiz Soares (Analista de Regulação, Fiscal de Contrato)

MasterClass Planejamento, ETP e Termo de Referência

 **05 a 07 de outubro de 2026 – Foz do Iguaçu**


 Negócios Públicos

 **Participantes:** João Mateus Boll Gallas (Coordenador, Gestor de Contratos) Luis Felipe Ventura de Almeida, e Paulo Marcos Faria Maciel (Analistas de Regulação, Fiscais de Contratos)

Gestão e Fiscalização de Contratos da Administração Pública de acordo com a NLL

 **21 a 23 de outubro de 2026 – São Paulo**


 ESAFI

 **Participantes:** Nikolas Andrey de Oliveira Sigrist, Mateus Spinelli da Silva, Sergio Rodrigues de Carvalho, Leonardo de Godoy da Costa, Débora Faria Fonseca Francato e Fabricio Lopes de Bastos (Analistas de Regulação, Fiscais de Contratos)

20º Pregão Week

 **19 a 23 de outubro de 2026 – Foz do Iguaçu**

 Negócios Públicos

 **Participante:** Paulo de Oliveira Matos Junior (Pregoeiro, Gestor de Contratos e Coordenador da Secretaria Geral)